

COORDENAÇÃO REGIONAL NORDESTE I

Estudo Técnico Preliminar 11/2025

1. Informações Básicas

Número do processo: 08768.000817/2025-84

2. Descrição da necessidade

O presente certame licitatório na modalidade Pregão, através do Sistema de Registro de Preços, tem como escopo a aquisição por parte da Coordenação Regional Nordeste I/ Funai, de materiais pré-definidos em Projeto Arquitetônico para a construção de 100 (cem) unidades de Abrigos Provisórios Móveis, e outros materiais de construção (impermeabilizante, tinta acrílica, rolo para pintura predial e cabo para o referido rolo) a serem utilizados nos referidos abrigos, em benefício do Povo Pankaxuri. Cada unidade habitacional tem em sua totalidade 20m², e sua estrutura é feita a partir das madeiras Eucalipto e Pinus, com cobertura de telhas de fibrocimento. Para além dos materiais a serem empregados na estrutura dos Abrigos, há necessidade de aquisição de tinta acrílica emborrachada impermeabilizante flexível branca, tinta acrílica branca, rolo para pintura predial e cabo para o referido rolo, produtos identificados pelos indígenas como necessários para a diminuição da temperatura interna dos Abrigos (impermeabilizante emborrachado branco), e reforço na impermeabilização interna contra cupins (tinta acrílica branca). A entrega dos materiais deverá ser realizada na aldeia da Cachoeira do Tamanduá, localizada no povoado Povoado Caldeirão de Cima, município de Palmeira dos Índios, com as seguintes coordenadas geográficas -9°19'19"S -36°38'28"W.

O povo Pankaxuri encontra-se em uma área ocupada e reivindicada como tradicional, no município de Palmeiras dos Índios, e são identificados por pesquisadores da Universidade Federal do Alagoas (SEI nº 5134438 e 5144563) como em situação de múltiplas vulnerabilidades, tese confirmada nos registros em vídeo produzidos pela própria comunidade (SEI nº 6735312 e 6735320), e reforçada pela Procuradoria da República no município de Arapiraca/Santana do Ipanema, a partir de reiteradas solicitações de esclarecimentos e atendimentos como aquelas registradas nos documentos incluídos no SEI sob os números 6125093, 6337042 e 6473504, especialmente a determinação apresentada em 06/11/2023, no Ofício nº 999/2023- ESS - 3º OFÍCIO (SEI nº 5928615), a saber: ' No mesmo prazo, que providencie, a partir dos meios que forem necessários, a construção de moradias provisórias para as famílias Pankaxuri antes do próximo inverno.'

No período de 21 a 23 de maio de 2024, a equipe da Funai deslocou-se até a aldeia da Cachoeira do Tamanduá com escopo de realizar consulta entre os Pankaxuri, quanto ao atendimento emergencial da Funai (SEI nº 6664340, 6666530, 6666699 e 6676004), a partir da construção dos Abrigos Móveis Provisórios (SEI nº 6716414); levantamento e esclarecimento de demandas documentadas pelo referido povo; articulação intersetorial com outras instituições públicas, visando deliberações e indicativos de atendimento das demandas; construção de uma agenda intersetorial para acompanhamento e devolutivas.

Os Abrigos Provisórios Móveis em madeira são uma proposta provisória ofertada pela Funai (SEI nº 6688824), para dirimir o quadro de vulnerabilidade extrema sofrida por povos indígenas, e têm promovido entre às famílias indígenas, maior garantia de proteção e segurança, na continuidade dos processos de retomada de seus territórios e do seu bem viver.

O resultado da referida consulta foi a aprovação da construção dos Abrigos Provisórios Móveis, pela comunidade, sendo indicado como contrapartida dos Pankaxuri, a oferta da mão-de-obra na concretização do projeto. A aquisição dos materiais para instalação dos Abrigos, na aldeia da Cachoeira do Tamanduá, atende ao quesito elencado no § 1º, do art. 18, a Nova Lei de Licitações e Contratos, quanto a ser de interesse público, pois visa proporcionar aos 75 integrantes do povo Pankaxuri, condições mínimas de habitação, e de exercício de sua autonomia e de seu protagonismo.

A contratação observa a necessidade institucional constante em seu planejamento anual no cumprimento da Política Nacional Indigenista e coaduna com as disposições do Planejamento Estratégico Institucional - PEI, conforme evidenciado na Resolução Nº 5/2024/CIG/Funai, de 06 de maio de 2024.

A despesa decorrente da presente contratação correrá à conta dos recursos específicos consignados no Plano de Contratações Anual - PCA 2024 (<https://pncp.gov.br/app/pca/00059311000126/2024/17>).

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Serviço de Gestão Ambiental e Territorial - Segat	Fernando Fernandes Giacomini

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

Para atendimento das necessidades que justificam a contratação e o alcance dos resultados esperados, os requisitos mínimos são os abaixo listados:

Os materiais deverão ser fornecidos **em remessa única**, de acordo com a demanda, em estrita observância às especificações de qualidade definidas para os materiais.

O prazo máximo de entrega dos bens é de 30 (trinta) dias úteis, contados a partir do recebimento da Nota de Empenho pela fornecedora, nos seguinte endereços:

- **Aldeias no estado de Alagoas, em grande parte localizadas em zona rural, áreas de difícil logística, na região dos municípios de:**

Arapiraca/AL;

Joaquim Gomes/AL;

Palmeira dos Índios/AL; e

Pariconha/AL.

- **Aldeias no estado de Sergipe, em grande parte localizadas em zona rural, áreas de difícil logística, na região dos municípios de:**

Porto da Folha/SE.

O prazo poderá ser dilatado conforme justificativa devidamente aceita pela Coordenação Regional Nordeste I.

Conforme a necessidade, outros locais de entrega poderão ser designados em comum acordo entre a Coordenação Regional Nordeste I e a CONTRATADA.

Os materiais deverão atender às normas do Código de Defesa do Consumidor e as demais vigentes que visam garantir a qualidade dos produtos e as normas de sustentabilidade.

Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo (a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 2 (dois) dias úteis, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

Os bens serão recebidos definitivamente no prazo de 5 (cinco) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

Na hipótese da verificação não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da sua incorreta execução.

Além disso, segue abaixo os requisitos indispensáveis e os critérios de sustentabilidade que podem ser incluídos na licitação:

Madeiramento:

- Tratado, inviabilizando a proliferação de cupins e, preferencialmente, de reflorestamento que vai ao encontro das Normas de Sustentabilidade; e
- Autoclavado, garantindo maior durabilidade e resistência.

Material Elétrico:

- Preferência por equipamentos com maior eficiência energética; e
- Certificação de conformidade com padrões de qualidade e normas técnicas vigentes.

Além dos requisitos acima, é importante incluir critérios de sustentabilidade na avaliação das propostas, como:

- Comprovação de programas de responsabilidade socioambiental adotados pela empresa licitante.
- Apresentação de ações para redução do consumo de recursos naturais, como água e energia.
- Demonstração de políticas de gestão de resíduos sólidos e disposição adequada dos resíduos produzidos.
- Adoção de práticas de logística reversa para embalagens e resíduos.
- Implementação de medidas para minimizar a emissão de gases de efeito estufa ao longo da cadeia de suprimentos.

Esses requisitos e critérios de sustentabilidade devem ser claramente definidos no edital de licitação, permitindo que as empresas interessadas compreendam as exigências e possam apresentar propostas alinhadas com as necessidades da Coordenação Regional Nordeste I, bem como com os princípios de sustentabilidade.

Ainda, observando o Guia Nacional de Contratações Sustentáveis, p. 185 e seguintes, em especial no trecho que trata dos "30. PRODUTOS OU SUBPRODUTOS FLORESTAIS – aquisição de madeira, de lenha e de outros produtos florestais ODS 6,12,13 e 15", deverão ser tomadas as providências:

1) Inserir no item de sustentabilidade/descrição ou especificação técnica do produto:

“a) Somente será admitida a oferta de produto cuja origem seja comprovadamente legal, nos termos da legislação vigente, mediante a apresentação de Cópia dos Comprovantes do Documento de Origem Florestal ou de autorização no Sistema Nacional de Controle da Origem dos Produtos Florestais – Sinaflor.

a.1) Caso os produtos ou subprodutos florestais a serem fornecidos tenham origem em Estado que possua documento de controle próprio, a Contratada deverá apresentá-lo, em complementação ao DOF, para fins de demonstrar a regularidade do transporte e armazenamento nos limites do território estadual.”

2) Inserir no item de obrigações da contratada:

“a) A contratada deverá utilizar somente matéria-prima florestal procedente, nos termos do artigo 11 do Decreto nº 5.975, de 2006, de:

i) manejo florestal, realizado por meio de Plano de Manejo Florestal Sustentável - PMFS devidamente aprovado pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente – SISNAMA;

ii) supressão da vegetação natural, devidamente autorizada pelo órgão competente do Sistema Nacional do Meio Ambiente – SISNAMA;

iii) florestas plantadas; e

iv) outras fontes de biomassa florestal, definidas em normas específicas do órgão ambiental competente.

b) A contratada deverá observar as proibições e condições para uso de espécie ameaçada de extinção, nos termos da Portaria MMA nº 443, de 2014, bem como de legislação distrital, estadual ou municipal quando houver.

c) A Contratada deverá apresentar na entrega do objeto a cópia dos Comprovantes do Documento de Origem Florestal ou de autorização no Sistema Nacional de Controle da Origem dos Produtos Florestais – Sinaflor juntamente com a Nota Fiscal.

c.1) Caso os produtos ou subprodutos florestais utilizados na execução contratual tenham origem em Estado que possua documento de controle próprio, a Contratada deverá apresentá-lo, em complementação ao DOF/Sinaflor, para fins de demonstrar a regularidade do transporte e armazenamento nos limites do território estadual.

d) A Contratada deverá apresentar comprovantes de registro regular do transportador dos produtos ou subprodutos florestais no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais – CTF/APP, mantido pelo IBAMA, quando tal inscrição for obrigatória, por meio da apresentação do respectivo Certificado de Regularidade válido, nos termos da Instrução Normativa IBAMA nº 13/2021 e legislação correlata;

d.1) A apresentação do Certificado de Regularidade será dispensada, caso o Gestor/Fiscal do contrato logre êxito em obtê-lo mediante consulta on line ao sítio oficial do IBAMA, anexando-o ao processo.”

3) Inserir no item de julgamento da proposta, na fase de avaliação de sua aceitabilidade e do cumprimento das especificações do objeto:

“a) O Pregoeiro solicitará ao licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar que apresente ou envie juntamente com a proposta, sob pena de não-aceitação, declaração de que emitirá o DOF assim que a Nota Fiscal for emitida e que o apresentará juntamente com a referida Nota Fiscal na entrega do objeto.

4) Inserir no item de habilitação jurídica da empresa:

“a) Para a aquisição de produtos, cujo comércio seja classificado como atividade potencialmente poluidora ou utilizadora de recursos ambientais, conforme Anexo I da Instrução Normativa IBAMA nº 13/2021: Comprovante de Registro no Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais, acompanhado do respectivo Certificado de Regularidade válido, nos termos do artigo 17, inciso II, da Lei nº 6.938, de 1981, e da Instrução Normativa IBAMA nº 13/20213, e legislação correlata.

a.1) A apresentação do Certificado de Regularidade será dispensada, caso o Pregoeiro logre êxito em obtê-lo mediante consulta on line ao sítio oficial do IBAMA, anexando-o ao processo;”

Ainda sobre a recomendação, deverão ser tomadas as seguintes precauções:

- Nesse caso, o licitante desempenha diretamente as atividades poluidoras ou utilizadoras de recursos ambientais, de modo que deverá obrigatoriamente estar registrado no Cadastro Técnico Federal – CTF/APP do IBAMA.

- Assim, o registro no CTF deve ser exigido como requisito de habilitação jurídica do licitante, conforme art. 28, V, da Lei nº 8.666/93.
- Consultar Fichas Técnicas de Enquadramento (FTEs) Categoria: Atividades sujeitas a controle e fiscalização ambiental não relacionadas no Anexo VIII da Lei nº 6.938/1981; Código 21-67, para Comércio atacadista de madeira, de lenha e de outros produtos florestais - Lei nº 12.651, de 2012: art. 37; e código 21-68, para Comércio varejista de madeira de lenha e de outros produtos florestais - Lei nº 12.651, de 2012: art. 37 em: <https://www.ibama.gov.br/cadastrros/ctf/ctf-app/ftes>
- A atividade de comércio de recurso da flora brasileira deverá observar ainda as proibições e condições para uso de espécie ameaçada de extinção, nos termos da Portaria MMA nº 443, de 2014, bem como de legislação distrital, estadual ou municipal quando houver.
- Consultar a legislação ambiental da Unidade Federativa quanto a eventuais proibições referentes à exploração, industrialização e comércio de xaxim (*Dicksonia sellowiana*).
- Alguns Estados brasileiros (atualmente, Mato Grosso, Pará, Rondônia e Minas Gerais) possuem documentos de controle próprios, que substituem o DOF como a licença obrigatória para o transporte e armazenamento de produtos e subprodutos florestais.
- Portanto, quando os produtos ou subprodutos florestais tiverem origem em tais Estados, o documento correspondente também deve ser exigido da pretendida contratada.

5. Levantamento de Mercado

O levantamento de mercado foi realizado por meio do Sistema de Pesquisa de Preços disponível no site Compras.gov.br e em sítios eletrônicos especializados ou de domínio amplo, conforme estabelecido pela Instrução Normativa SEGES/ME Nº 65, de 7 de julho de 2021 (SEI nº 8898729).

Tal procedimento visa embasar a adoção do pregão eletrônico e a utilização do sistema de registro de preços, conforme previsto na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, que estabelece normas gerais de licitação e contratação para as Administrações Públicas.

O Sistema de Registro de Preços, regulamentado pelo Decreto nº 11.462/2023, possibilita um melhor planejamento das compras e facilita a aquisição de bens e serviços pela Administração Pública Federal. Através desse sistema, é realizado um registro formal de fornecedores e valores de objetos de licitação, garantindo a previsibilidade e durabilidade das propostas por um período de até um ano, podendo ser prorrogado por igual período. Dessa forma, os órgãos públicos podem realizar suas aquisições ou contratações dentro desse período, sem a necessidade de realizar um novo processo licitatório.

O levantamento de mercado realizado por meio do Sistema de Pesquisa de Preços do Compras.gov.br permite a identificação de preços referenciais de mercado, auxiliando na definição do valor estimado para a contratação. A pesquisa abrangeu diversas fontes consultadas, garantindo a obtenção de informações precisas e atualizadas sobre os preços praticados no mercado.

Com base nos resultados obtidos nessa pesquisa de preços, foi possível elaborar uma estimativa de aquisição dos produtos e formalizar um edital de pregão eletrônico, observando os princípios estabelecidos na Lei nº 14.133/2021. O pregão eletrônico proporciona celeridade, transparência e economicidade ao processo licitatório, possibilitando a participação de um maior número de fornecedores e a obtenção de preços mais vantajosos para a Administração Pública.

Portanto, com base nas informações coletadas por meio do Sistema de Pesquisa de Preços do Compras.gov.br e de acordo com a legislação vigente, justifica-se a realização do procedimento de pregão eletrônico, com a utilização do sistema de registro de preços, visando à contratação de bens e serviços de forma eficiente, econômica e em conformidade com a Lei nº 14.133/2021.

6. Descrição da solução como um todo

A Coordenação Regional Nordeste I efetiva políticas indigenistas, a partir do Regimento Interno da Funai, documento aprovado pela Portaria nº 666 /PRES, de 17 de julho de 2017, e publicado no Diário Oficial da União, de 19 de julho de 2019. Encontram-se no bojo do referido documento, atribuições análogas ao objeto deste Processo, atendendo à proteção social e comunitária das comunidades indígenas, no contexto da garantia à moradia e à promoção do bem viver.

O atendimento da presente demanda vem ao encontro do objeto especificado no Procedimento Preparatório nº 1.11.001.000.143/2023-77, formalizado pela Procuradoria da República no município de Arapiraca/Santana do Ipanema, e a expressa determinação de que a Funai, ' No mesmo prazo, que providencie, a partir dos meios que forem necessários, a construção de moradias provisórias para as famílias Pancaxuri antes do próximo inverno.'

A não aquisição dos materiais pode resultar no agravamento das múltiplas vulnerabilidades em que se encontram os Pankaxuri, e no não atendimento da determinação expressa pelo *parquet* federal.

A presente ação então é analisada a partir de sua emergencialidade, da promoção do bem comum, dos impactos negativos que poderão advir da sua não realização, e da sua necessária priorização, sendo indicada a modalidade Pregão Eletrônico, pelo Sistema de Registro de Preços, por encontrar-se amparo no Decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023, por agilizar o planejamento orçamentário, a descentralização de recursos, e a aplicabilidade dos recursos a longo do exercício.

A opção de escolha do processo licitatório para o fornecimento parcelado de material para manutenção de bens imóveis/instalações e material elétrico, especificamente por meio do Sistema de Registro de Preços (SRP), é necessária.

Isso ocorre porque as ações de desenvolvimento sustentável dos povos indígenas, por meio de atividades de infraestrutura comunitária, ocorrem, juntamente com o fornecimento dos insumos necessários, para todos os eventos promovidos.

Nesse sentido, é importante destacar que a maior parte dos itens são destinados a atender os Planos Anuais de Trabalho dos serviços da Regional Nordeste I - área finalística (Serviço de Gestão Ambiental e Territorial - SEGAT).

Deve-se ressaltar que as contratações desse tipo, para o atendimento de demandas tão específicas quanto as presentes nesta Fundação, são enquadradas como de alta complexidade e envolvem elevados custos orçamentários, além de demasiada mobilização de pessoal.

É importante destacar também que não é necessário previsão orçamentária no início do processo, mesmo que está esteja contemplada no Plano de Contratações Anual - PCA 2024 (<https://pncp.gov.br/app/pca/00059311000126/2024/17>). Portanto, a Administração tem a discricionariedade de agir de acordo com suas necessidades, podendo flexibilizar suas despesas e adequar-se aos recursos disponíveis.

Portanto, podemos assegurar que a contratação nos moldes aqui apresentados será técnica e economicamente viável, não haverá perda de escala, e haverá melhor aproveitamento do mercado e ampliação da competitividade.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

Os itens que compõem os Abrigos Móveis Provisórios e os outros materiais de construção encontram-se especificados e quantificados, conforme Projeto Arquitetônico dos Abrigos Provisórios Móveis elaborado pela técnica Jovana Leal (SEI nº 6688824), documento que se encontra sob a propriedade da Funai, e conforme Atas de reunião que especificam a necessidade da tinta acrílica emborrachada impermeabilizante flexível branca e da tinta acrílica branca. (SEI 6664340, 6666530, 6666699, 6676004)

Buscando-se assertividade no Termo de Referência, e maior fidedignidade na descrição dos materiais a serem licitados, retificaram-se os CATMAT citados no Documento de Formalização da Demanda (SEI nº 9365677), adequando-os a partir da maior proximidade nas descrições, com aquelas necessárias para a construção dos Abrigos Provisórios, conforme lista contida no Projeto - Abrigos Provisórios Móveis (SEI nº 9365454), Anexo - Material Elétrico (SEI nº 9365606) e Anexo - Material de Pintura (SEI nº 9365667).

Esclarece-se que se identificou a falta de CATMAT correspondente às especificações de alguns materiais, em especial às metragens do madeiramento, no Grupo 1, dos Itens 1 a 13, utilizando-se o CATMAT mais próximo, em função da necessidade imediata da aquisição do material, e da falta de servidores capacitados para promoverem a regularização do devido CATMAT, junto ao Sistema, em tempo hábil, conforme Relatório de Pesquisa de Preço nº 10/2025 (SEI nº 9394752).

Destaca-se a necessidade de se manter as descrições dos materiais registradas no rojeto - Abrigos Provisórios Móveis (SEI nº 9365454), no certame licitatório.

A estimativa dos valores foi consolidada através do Portal Compras.gov.br - Pesquisa de Preços, seguindo-se o artigo 23 da Lei nº 14.133/2021, e a IN SEGES/ME nº 65, de 7 de julho de 2021, resultando-se os Relatório de Pesquisa de Preço nº 10/2025 (SEI nº 9394752) e Mapa Resumo de Pesquisa de Preços (SEI nº 9394754), e os indicativos de valores registrados nas Memórias de Cálculo descritas:

33.9030 - Material de Consumo

24 - Material para Manutenção de Bens Imóveis/Instalações

Grupo	Item	Descrições/Especificações	CATMAT	Unidade	Quantidade
	1	Madeira Construção, Formato: CEPO, Comprimento: 1,20 M, Espessura: Mínimo 0,20 M de diâmetro, Tipo de Madeira: Eucalipto tratado, Características Adicionais: Roliço	397139	Und	900
	2	Madeira Construção, Formato: BARROTE, Medidas: 0,15X0,05X5,00M, Tipo de Madeira: Eucalipto tratado	486205	Und	300
	3	Madeira Construção, Formato: BARROTE, Medidas: 0,10X0,05X4,00M, Tipo de Madeira: Eucalipto tratado	486206	Und	800
	4	Madeira Construção, Formato: CAIBRO, Medidas: 0,07X0,05X2,70M, Tipo de Madeira: Pinus tratado	630740	Und	1.700

1	5	Madeira Construção, Formato: CAIBRO, Medidas: 0,07X0,05X5,40M, Tipo de Madeira: Pinus tratado	630740	Und	1.700
	6	Madeira Construção, Formato: CAIBRO, Medidas: 0,07X0,05X3,00M, Tipo de Madeira: Pinus tratado	630740	Und	1.500
	7	Madeira Construção, Formato: TÁBUA, Medidas: 0,20X2,70MX1", Tipo de Madeira: Pinus tratado	602585	Und	14.500
	8	Madeira Construção, Formato: GUIA, Medidas: 2,70X0,15MX1", Tipo de Madeira: Pinus tratado	602585	Und	2.300
	9	Madeira Construção, Formato: GUIA, Medidas: 5.40X0,15MX1"', Tipo de Madeira: Pinus tratado	602585	Und	800
	10	Madeira Construção, Formato: TÁBUA, Medidas: 5,40X0,20X1", Tipo de Madeira: Eucalipto tratado, Características Adicionais: Aplainadas de um lado	343392	Und	2.100
	11	Madeira Construção, Formato: METROS LINEARES DE ESPELHO, Medidas: 0,10MX1", Tipo de Madeira: Pinus tratado, Características Adicionais: Aplainado de um lado	480850	m	2.500
	12	Madeira Construção, Formato: MATAJUNTA, Medidas: 2,70X0,05M, Tipo de Madeira: Pinus tratado	610569	m	10.000
	13	Madeira Construção, Formato: RIPA, Medidas: 0,07X5,40MX1", Tipo de Madeira: Pinus tratado	232270	Und	300
2	14	TELHA Material: Fibrocimento , Tipo: Ondulada , Comprimento: 244 CM, Largura: 110 CM, Espessura: 6 MM	237554	Und	1.200
	15	CUMEEIRA Material: Fibrocimento , Tipo: Ondulada , Inclinação: 10 GRA, Comprimento: 600 MM, Espessura: 6 MM, Largura: 1.100 M	327364	Und	600
	16	PARAFUSO, Características Adicionais: Telheiro completo, Aplicação: Telha de fibrocimento	214462	Und	4.200
	17	PREGO COM CABEÇA Material: Aço, Tipo Cabeça: Chata, Tipo Corpo: Liso, Tipo Ponta: Comum , Acabamento Superficial: Galvanizado, Bitola: 19X39	444585	Pacote 1 kg	600
	18	PREGO COM CABEÇA Material: Aço, Tipo Cabeça: Chata, Tipo Corpo: Liso, Tipo Ponta: Comum , Acabamento Superficial: Galvanizado, Bitola: 17X27	444582	Pacote 1 kg	600
	19	PREGO COM CABEÇA Material: Aço, Tipo Cabeça: Chata, Tipo Corpo: Liso, Tipo Ponta: Comum , Acabamento Superficial: Galvanizado, Bitola: 12X12	612487	Pacote 1 kg	100
	20	DOBRADIÇA Material: Ferro, Tipo: Vai-Vem, Tamanho: 3,5 POL, Características Adicionais: Comum	442976	Und	1.300
	21	TINTA ACRÍLICA Componentes: Resina Acrílica Elastomérica, Aspecto Físico: Líquido Viscoso, Cor: Branca, Tipo Acabamento: Emborrachado, Características Adicionais: Impermeabilizante /Anti-Mofo/Anti-Térmica	351533	Balde 18 litros	100

3	22	ROLO PINTURA PREDIAL Material: Lã De Carneiro, Altura: 1,9 CM, Comprimento: 23 CM, Características Adicionais: Sem Cabo	454021	Und	400
	23	CABO ROLO DE PINTURA Tamanho: 23 CM, Material: Aço Zincado, Características Adicionais: Com Buchas	292434	Und	400
	24	ROLO PINTURA PREDIAL Material: Espuma, Altura: 4,50 CM, Comprimento: 15 CM, Material Cabo: Plástico Resistente	321553	Und	400
	25	TINTA ACRÍLICA Componentes: Água, Resina Acrílica E Pigmentos, Cor: Branca, Tipo Acabamento: Fosco	418339	Balde 18 litros	100

26 - Material Elétrico e Eletrônico

Grupo	Item	Descrições/Especificações	CATMAT	Unidade	Quantidade
4	26	QUADRO ELÉTRICO Componentes: Quantidade Circuito 10, Características Adicionais: Barramentos Em Cobre Eletrolítico, Barramento: Neutro E Terra, Cor: Branca , Revestimento: Pvc, Posição Relativa: Sobrepor	375202	Und	100
	27	DISJUNTOR BAIXA TENSÃO Funcionamento: Termomagnético, Corrente Nominal: 16 A, Aplicação: Instalações Elétricas, Tensão Nominal: 127/220 V	482695	Und	100
	28	DISJUNTOR BAIXA TENSÃO Funcionamento: Termomagnético, Corrente Nominal: 20 A, Aplicação: Instalações Elétricas, Tensão Nominal: 127/220 V	482696	Und	100
	29	INTERRUPTOR Quantidade Seções 1 UN, Aplicação: Caixa 4 X 2 Pol , Tipo Acionamento: Tecla Simples Vertical, Acabamento: Com Placa E Parafuso, Formato: Retangular	617244	Und	200
	30	Tomada Modelo: Simples , Tipo: Externa, Cor Corpo: Branca, Corrente Nominal: 100 VA, Características Adicionais: Corpo Quadrado	633379	Und	400
	31	CAIXA DE PASSAGEM Material: Pvc Rígido Anti-Chama, Aplicação: Cabeamento Lógico E Elétrico, Dimensões: 4x2, Características Adicionais: Para eletrodutos aparentes	425250	Und	600
	32	PLAFONIER Material Corpo: Plástico , Cor: Branca , Características Adicionais: Encaixe De Uma Lâmpada, Base E-27	368622	Und	200
	33	CAIXA ELETRODUTO Tamanho: 3 X 3 POL, Aplicação: Eletroduto De Pvc Roscável De 3/4 Pol, Formato: Octogonal	341695	Und	200
	34	ELETRODUTO Material: Pvc Rígido, Tipo: Rígido, Características Adicionais: Não Propagante De Chamas, Comprimento: 3 M, Diâmetro Nominal: 3/4 POL	622525	Barra 3 m	400

35	COTOVELO ELETRODUTO Ângulo: 90°, Material: Pvc, Bitola: 3/4" POL, Características Adicionais: Com Visita , Normas Técnicas: Abnt Nbr 15465, Tipo: Rígido	402904	Und	200
36	LUVA ELETRODUTO Material: Pvc Rígido Anti-Chama, Bitola: 3/4 POL, Características Adicionais: Para Conexão Tubo Eletroduto Condulete De 3/4, Aplicação: Instalações Elétricas	458356	Und	400
37	ABRAÇADEIRA Material: Pvc - Cloreto De Polivinila, Cor: Cinza, Diâmetro Amarração: 3/4 POL, Características Adicionais: Com parafuso e bucha	470234	Und	1.000
38	CABO ELÉTRICO FLEXÍVEL Tipo: Pp Tetrapolar, Material Do Condutor: Cobre, Material Cobertura: Polipropileno, Bitola: 2,5 MM	622823	Rolo 100 m	40
39	CABO ELÉTRICO FLEXÍVEL Tipo: Pp Tetrapolar, Material Do Condutor: Cobre, Material Cobertura: Polipropileno, Bitola: 1,5 MM	460009	Rolo 100 m	30
40	FITA ISOLANTE ELÉTRICA ADESIVA Material Dorso: Filme De Pvc Anti-Chama, Largura Nominal: 19 MM, Comprimento Nominal: 20 M, Cor: Preta	419864	Und	100

O agrupamento de itens justifica-se pelos motivos abaixo:

- a) interdependência entre eles nas atividades propostas, onde a ausência de um inviabilisaria o evento;
- b) itens de características semelhantes, em geral, fornecidos por empresas do mesmo ramo de atividades;
- c) maior economia de escala com a redução de preços por parte das licitantes em razão de maior volume de negócios;
- d) redução dos custos logísticos, resultando na redução do não atendimento da necessidade da Administração e dos custos administrativos adicionais.

Ressalta-se que a formação dos grupos baseou-se na junção de itens intrinsecamente relacionados, ou seja, que são fornecidos por empresas de mesmo ramo de negócios, o que irá manter a competitividade no certame e não prejudicará os potenciais interessados em participar da licitação.

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 1.473.850,80

O valor estimado da presente contratação é de **R\$ 1.473.850,80 (um milhão, quatrocentos e setenta e três mil oitocentos e cinquenta reais e oitenta centavos)**, devidamente detalhado no Mapa Resumo de Pesquisa de Preços (SEI nº 9394754).

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

Justifica-se a formação de grupos/lotes e itens avulsos consoante a afinidade e padronização dos materiais para que não haja prejuízo ao conjunto da solução ou perda de economia de escala, visto que tal procedimento não amplia e tampouco restringe a participação de licitantes, dado que na prática as mesmas empresas competirão em todos os itens da licitação, pois atuam no mesmo ramo de negócio, desta feita, preservando a competitividade necessária à disputa, e mantendo os princípios basilares das licitações públicas.

Ademais, com a formação de grupos a Administração estará observando o princípio da padronização e uniformização dos produtos, consequentemente, como resultado, estará obtendo a redução de gastos, tempo de entrega e risco de não cumprimento das obrigações por parte do fornecedor, ademais de possibilitar a melhor gestão da contratação por parte do órgão, uma vez que a Coordenação Regional Nordeste I é composta por um reduzido efetivo de servidores para o atendimento de suas competências regimentais.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

Não há necessidade de contratações correlatas nem interdependentes para a viabilidade da contratação desta demanda.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

O objeto da presente aquisição atende ao Planejamento Estratégico, da Fundação Nacional dos Povos Indígenas, conforme Plano Plurianual 2024-2027 (<https://www.gov.br/funai/pt-br/aceso-a-informacao/gestao-estrategica/planejamento/planejamento-estrategico/PortifliodeProjetos.pdf>) e encontra-se incluído no Plano Geral de Compras - PGC 2024 (<https://pncp.gov.br/app/pca/00059311000126/2024/17>), do Governo Federal.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

A demanda apresentada encontra-se respaldada legalmente pelo Procedimento Preparatório nº 1.11.001.000.143/2023-77, e comprovada através de registros fotográficos (SEI 6687242 e 6687247), Atas (SEI 6664340, 6666530, 6666699, 6676004) e registros de vídeo (SEI 6735312, 6735320 e 6850764).

No aspecto técnico, os referidos bens, objetos desta contratação, são bens comuns, não sendo caracterizados como de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021, e atendem ao interesse público. Os indicativos de viabilidade técnica foram apresentados, tanto para a aquisição dos materiais dos Abrigos Provisórios Móveis, quanto dos outros materiais que serão utilizados na proteção e impermeabilização das telhas e madeiras, incluindo-se o frete para a entrega dos referidos materiais, na aldeia da Cachoeira do Tamanduá.

A construção dos Abrigos tem sido uma das iniciativas da Funai, voltadas para a diminuição das situações de vulnerabilidades extremas vivenciadas por diversos povos indígenas, disponibilizando moradias a curto prazo, com a participação das comunidades, e a possibilidade de desmonte e remontagem dos Abrigos em outros espaços, principalmente em situações de retomadas de áreas de ocupação tradicional, como se verifica no histórico dos Pankaxuri.

13. Providências a serem Adotadas

Considerando-se as especificidades dos materiais a serem adquiridos, principalmente os madeiramentos, indica-se a importância de capacitação dos fiscais do contrato, pela equipe da Coordenação de Infraestrutura Comunitária da Funai- COIC, em conjunto com a do Sedisc/CR- Nordeste I e da CTL de Palmeira dos Índios, no que tange a análise dos materiais a serem recebidos pelos servidores da Funai, visando maior eficácia, eficiência, economicidade de tempo e de recursos.

Torna-se imprescindível também que a equipe da COIC, em conjunto com a do Sedisc/CR- Nordeste I e da CTL de Palmeira dos Índios, realizem capacitação com a comunidade Pankaxuri, visando adequação do almoxarifado na aldeia, para recebimento e manutenção dos materiais, e elaboração de um Plano de Trabalho que possibilite o descarte correto dos materiais, garantindo assim a realização de boas práticas sustentáveis, durante a construção.

14. Possíveis Impactos Ambientais

O Projeto Arquitetônico apresentado tem como premissa a redução de desperdício, considerando que os materiais serão aproveitados em sua totalidade. Quanto as embalagens, provavelmente as ferragens, parafusos e pregos produzirão resíduos, os quais deverão ser descartados em locais apropriados, e destinados a reciclagem.

Em relação a poluição sonora, não está indicada no Projeto Arquitetônico, a necessidade de uso de maquinário de grande porte para a construção dos Abrigos. Como o madeiramento será entregue já com as medições específicas para a obra, não haverá necessidade de maquinário para corte da madeira, apenas a abertura das cavidades no solo, para a instalação dos cepos, e o encaixe das peças, através de parafusos e pregos.

Quanto a questão de supressão de vegetação, não há impacto, considerando que na área a serem construídos os Abrigos, não há mais vegetação nativa.

Em relação aos resíduos de tintas e solventes, planeja-se capacitação com toda a comunidade, visando construção de Plano de Trabalho que garanta o descarte correto dos materiais.

A CONTRATADA deverá contribuir, no que couber, para a promoção do desenvolvimento nacional sustentável no cumprimento de diretrizes e critérios de sustentabilidade ambiental, de acordo com o art. 225, da Constituição Federal/88 e em conformidade com o art. 11, da Lei nº 14.133/2021, Lei nº 12.187/2009, Lei nº 12.305/2010, Decreto nº 7.404/2010 e, no que couber, com o art. 6º, da Instrução Normativa/SLTI/MPOG n.º 01, de 19 de janeiro de 2010.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

Embasando-se nos argumentos apresentados nestes Estudos Técnicos Preliminares, fica justificada a necessidade da presente aquisição, a fim de prestar atendimento à situação de múltiplas vulnerabilidades, em especial a habitacional e de moradia, vivenciada pelos Pankaxuri. Conclui-se assim que o certame é necessário e viável tecnicamente. Diante do exposto, declara-se viável a contratação da solução pretendida.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

MARIA DAS GRACAS MEDICI DA COSTA

Membro da comissão de contratação

FERNANDO FERNANDES GIACOMINI

Chefe do setor demandante



Assinou eletronicamente em 14/01/2026 às 10:53:30.

CICERO FERREIRA DE ALBUQUERQUE

Autoridade competente



Assinou eletronicamente em 14/01/2026 às 10:42:18.